

INCLUSÃO ■ Cargo de secretário de Educação é colocado em jogo no processo de decisão

FABIO POZZEBOM/ABR

GDF deverá optar entre duas propostas de ensino integral

Cristiane Madeira

O governador José Roberto Arruda (DEM) poderá avaliar hoje duas propostas para implementar um programa de educação integral nas escolas públicas do Distrito Federal. As duas iniciativas têm pontos em comum. Prevêem a permanência dos alunos da rede pública nas escolas entre sete e oito horas diárias. Durante esse período, os estudantes fariam cinco refeições.

De manhã, teriam as aulas previstas normalmente na grade curricular de ensino. Pela tarde, participariam de atividades extra-curriculares como línguas estrangeiras, informática, teatro e esportes.

A decisão entre as duas propostas coloca em jogo o cargo de secretário de Educação do GDF. De um lado, o próprio secretário da pasta, José Luiz Valente, que já tem pronta uma proposta para apresentar ao governador. De outro, o deputado federal Alceni Guerra (DEM-PR), que mostrará a Arruda o programa de educação integral implementado por ele no município de Pato Branco (PR), quando era prefeito, entre 1996 e 2000.

Valente tem larga experiência na área, comprovada por anos de trabalho no Ministério da Educação. Chegou a Brasília em 1996 para assumir a direção do departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior do ministério. Entre 1997 e 2004, foi responsável pelo gerenciamento de projetos executados pela Secretaria de Educação Superior do MEC. Também gerenciou o programa Desenvolvimento do Ensino de

Estudantes da rede pública deverão ficar de sete a oito horas na escola, por dia, e farão cinco refeições

Graduação, implementado no Plano Plurianual (2000-2003) e presidiu a Comissão Nacional de Supervisão e Acompanhamento do Programa de Crédito Educativo.

Guerra, por sua vez, é médico e já foi ministro da Saúde do ex-presidente Fernando Collor de Melo, que ficou no poder entre 1990 e 1992. Mas Arruda precisa do deputado para fortalecer o apoio político de seu partido na

cialmente. E Alceni Guerra teve êxito como prefeito de Pato Branco, pois com o programa de educação integral, tirou a cidade do 291º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro e o elevou para a 36ª posição. O resultado foi alcançado em quatro anos de gestão, e o deputado atribui o feito ao projeto.

Segundo explicou, os pais que mantêm o filho na escola o dia todo economizam cinco refeições, água e energia elétrica, além de poderem dedicar mais tempo ao trabalho, aumentando a renda familiar. A criança acaba sendo bem cuidada e melhor capacitada para futuramente exercer uma profissão.

A questão é que Pato Branco tem apenas 26 escolas públicas, onde estudam 10 mil alunos e lecionam 385 professores. A proporção no Distrito Federal é bem maior. São 620 escolas, 530 mil alunos e cerca de 30 mil professores.

— O governador me perguntou se era possível aplicar esse mesmo programa aqui no DF. Respondi que dependia apenas da vontade política dele — contou Alceni Guerra.

A proposta da Secretaria de

Educação deverá levar em conta uma gestão conjunta do sistema, integrada entre governo e escolas. A premissa é de que um programa de educação integral não deve passar por cima da orientação de diretores e professores.

Em 2007, o Fundo Constitucional liberou R\$ 3,2 bilhões para a Educação no DF. Mas R\$ 2,9 bilhões — que corresponde a cerca de 90% da verba — foi utilizada para a folha de pagamento. Sobraram apenas R\$ 300 milhões para investimento e custeio.

Mas a idéia da secretaria é implementar a educação integral com recursos exclusivos do governo federal, sem causar ônus aos cofres do GDF. Para isso, projetam uma cartada que vai possibilitar ao DF firmar convênios com o Fundo de Educação Básica (Fundeb), do Ministério da Educação, superiores a R\$ 200 milhões, o teto permitido para convênios de desenvolvimento de programas de educação integral nos municípios, previsto por um adenso da emenda constitucional.

Como o DF não poderia receber recursos do Fundeb para esse fim, o governo federal assinou, em 24 de abril deste ano, a normativa interministerial nº 17. Trata-se de uma união entre os Ministérios da Educação, Desenvolvimento Social, Esportes e Cultura para instituir o programa batizado de Mais Educação, que tem por objetivo fomentar a educação integral.



Alceni Guerra: experiência de Pato Branco é o maior trunfo

MARCOS BRANDÃO



Valente: aposta em captação de mais recursos do Fundeb